

## A CRÍTICA FEMINISTA NA MIRA DA CRÍTICA

Rita Terezinha Schmidt

### Abstract

This essay presents a dialogue with some texts that appeared in an anthology of critical writings about "Brazilian feminisms," problematizing them and thus providing a productive discussion about the production of knowledge about and by feminist criticism in Brazil.

**Keywords:** feminist criticism – Brazilian feminisms – literary criticism

### Resumo

Este artigo apresenta um diálogo com textos presentes em uma antologia crítica sobre "feminismos brasileiros", problematizando-os e, por conseguinte, gerando uma discussão produtiva acerca da produção de conhecimento sobre e pela crítica feminista no Brasil.

Publicada na Inglaterra em 1999, a coletânea intitulada *Brazilian Feminisms*<sup>1</sup> se propõe a apresentar um quadro do feminismo brasileiro, com ênfase no campo dos estudos literários uma vez que dos onze ensaios que a integram, oito convergem para a literatura e cinco apresentam análises de obras de algumas das mais importantes escritoras brasileiras como Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles e a menos conhecida Patrícia Galvão.<sup>2</sup> Em sua Introdução, a crítica inglesa

Ilha do Desterro	Florianópolis	nº 42	p.103-125	jan./jun. 2002
------------------	---------------	-------	-----------	----------------

Judith Still, que organizou a coletânea juntamente com a brasileira Solange Ribeiro de Oliveira, elabora sobre a questão da identidade/diferença no projeto de construção da identidade nacional, apontando os efeitos, no feminismo brasileiro, da tradição liberal de democracia racial que, historicamente, sustentou a hierarquia entre as raças no país, sob a fachada da assimilação. Segundo Still, a cegueira do feminismo brasileiro em relação às questões de classe e raça sinalizaria seu alinhamento àquela tradição.

Muitas das colocações de Still são procedentes, principalmente as observações, do ponto de vista histórico-sociológico, sobre como a problemática racial foi tratada num contexto de franca celebração da miscigenação. Todavia, em se tratando do feminismo, em suas práticas acadêmicas, o seu quadro não reflete a complexidade e as particularidades da situação brasileira até porque não faz nenhuma menção à crítica feminista ignorando, portanto, as condições materiais de sua produção e os determinantes históricos que têm condicionado seus rumos e levado a privilegiar certos percursos. Se suas colocações são lacunosas e, por isso mesmo, merecem algumas ponderações, dois ensaios, em particular, merecem atenção especial por levantarem questões relativas à identidade da crítica feminista no Brasil e por se posicionarem a partir de agendas cujas premissas estabelecem, do ponto de vista axiológico, o caráter deficitário da versão brasileira de uma “verdadeira” crítica feminista, produzida no exterior. Trata-se do ensaio da crítica norte-americana Darlene Sadlier, intitulado “Theory and Pedagogy in the Brazilian Northeast” e do ensaio da crítica brasileira Maria Eliza Cevasco, “Importing Feminist Criticism”.

Concebido como uma forma de diálogo com algumas das formulações contidas na Introdução de Still e nos referidos ensaios, o presente texto busca problematizá-las e, dessa forma, provocar uma reflexão sobre uma questão de fundo que é a produção de conhecimento sobre e pela crítica feminista no Brasil. Assim, num primeiro momento, farei alguns comentários sobre a questão da importação de teorias e da crítica feminista no contexto nacional, com um breve recorte de sua história para, num segundo momento, colocar em pauta alguns pontos

que considero limitadores na Introdução e nos dois artigos referidos da coletânea em pauta.

Reflexões sobre a existência de uma crítica feminista no Brasil devem, necessariamente, partir de uma visada histórica dos modos e dos lugares de sua produção, processos indissociados num contexto nacional em que a dominante científico-cultural sempre foi fortemente marcada pelo consumo de teorias produzidas em zonas metropolitanas, mais precisamente, em países do primeiro mundo. Vale dizer que, a exemplo das outras áreas do conhecimento, o campo dos estudos literários é uma zona colonizada, por assim dizer, pela territorialização de categorias conceituais oriundas do formalismo e do estruturalismo, da Nova Crítica e do marxismo, da estética da recepção, da fenomenologia e, mais recentemente, da desconstrução, das teorias feministas e das teorias pós-coloniais.<sup>3</sup> O que não quer dizer, em absoluto, que a relação dos críticos e acadêmicos brasileiros com essas teorias tenha sido pacífica *tout court*, no sentido de terem incorporado acriticamente seus conceitos e terem aplicado mecanicamente modelos e metodologias à revelia das especificidades do contexto histórico de produção da literatura brasileira.

Exceções à parte, é importante frisar que o pensamento crítico brasileiro, principal veículo da institucionalização da literatura, registra um movimento de tensão dialógica com relação ao alegado caráter imitativo de nossa cultura,<sup>4</sup> particularmente a partir dos anos 70, quando a questão da dependência cultural ressurgiu nas discussões sobre relações interliterárias,<sup>5</sup> pontuando o discurso crítico sob dois aspectos: 1. a preocupação em repensar a adequação de modelos teóricos do ponto de vista de suas bases epistemológicas tendo em vista a compreensão dos fenômenos e processos literários locais, inseridos em processos históricos particularizados; 2. a apropriação deformadora de categorias críticas a partir de uma ótica de descontinuidade em relação à matriz etnocêntrica das teorias e seus tradicionais binarismos. Muito embora a crítica continue permeável ao influxo das teorias que procedem dos centros culturais de poder, centros europeus e norte-americanos, não se pode afirmar categoricamente que as práticas críticas, entre nós, não

tenham gerado formas reflexivas de pensar as relações da literatura, particularmente em termos dos condicionantes histórico-político e estéticos de sua formação, com o desenvolvimento da vida nacional, conseqüentemente, com o que tradicional e universalmente é entendido por identidade literária.

É preciso compreender que os processos contínuos de transferência e transposição das teorias de seus contextos de origem para o contexto brasileiro não implicam, de um lado, o apagamento por completo das marcas ideológicas de seus contextos enunciativos, o que poderia sustentar a hipótese de que a teoria pode vir a ser um instrumento a serviço de interesses colonizadores, político-econômico-cultural. Por outro lado, o seu consumo em outras zonas geopolíticas e culturais que não as de origem, principalmente nas zonas periféricas, nem sempre irá tomar a forma de prática meramente imitativa, abstraída do novo contexto material em que se articula, principalmente se considerarmos teorias que não se prestam ao diletantismo formalista ou à aplicação mecânica de seus postulados precisamente porque pressupõem a inserção dos objetos em suas contextualizações específicas, ou seja, a teoria passa por um processo de aclimação a um novo lugar enunciativo. No meu entender, aportes teóricos registram a marca da dependência quando utilizados em interpretações da literatura e cultura que se reduzem a investidas retóricas, despojadas de qualquer compromisso com a compreensão crítica do que significam esses processos e sua institucionalização, seus regimes de verdade e valor, num contexto de heranças coloniais e de forte dependência econômica, com uma estrutura social em que as desigualdades são fortemente acentuadas e onde o analfabetismo e a miséria ganham dimensões superlativas.

Julgo que é a partir da função teórica de sustentar e de traduzir um discurso crítico conseqüente e socialmente relevante, capaz de produzir novos conhecimentos, histórico e culturalmente específicos, que se pode aferir as condições de possibilidade e, assim, a pertinência de uma determinada moldura conceitual-metodológica. Se hoje se começa a colocar em questão os limites do *constructo* literatura

brasileira/identidade brasileira, tal como foi historicamente formulado, em termos de sua vigência na constituição de uma cultura literária, legitimadora do 'todos em um', cujos efeitos reguladores e excludentes são sentidos na forma de significar o que se entende por nossa literatura, é porque o trabalho da teoria pode ter uma voltagem crítica que vai de encontro à propalada tendência imitativa dos nossos estudos literários. A disseminação da idéia de que vivemos num vazio, em termos de produção teórica, não só é contraproducente porque calcada numa oposição binária teoria X práxis que faz *tabula rasa* da evolução do discurso crítico brasileiro, mas é também perversa, na medida em que anula os esforços de estudiosos em aprofundar questões locais para os quais a crítica é o lugar de afirmação de uma praxis política cotidiana, lugar de resistência ao teor autoritário de ambos os colonialismos, o externo e o interno. É a partir desse cenário que retomo alguns caminhos da crítica feminista no Brasil.

Com efeito, sua emergência nos anos 80 ocorreu com a formação de grupos de pesquisa constituídos basicamente por mulheres atuantes no ensino universitário, via de regra com algum tipo de formação pós-graduada no exterior, na área de estudos de literatura. Em que pese a relativa facilidade da formalização de grupos e linhas de pesquisa em algumas instituições universitárias do país,<sup>6</sup> a crítica feminista ainda não obteve, entre nós, o status acadêmico alcançado em países do primeiro mundo. Reconhecida por um dos mais renomados críticos contemporâneos, Jonathan Culler, em sua obra de 1982 *On Deconstruction*, como o movimento crítico que mais impacto tem tido na história literária e como uma das mais poderosas forças de renovação na crítica contemporânea, a crítica feminista, fora do circuito de suas praticantes, ainda é estigmatizada como mais um modelo estrangeiro ou bandeira de moda, chegando a ser desqualificada por força de interpretações equivocadas do politicamente correto norte-americano e da conexão automática que é feita entre essas interpretações e uma idéia vaga, para não dizer falaciosa, do que seja crítica feminista. Contudo, não obstante o fantasma do descrédito que sempre rondou a sua presença, marginal é verdade, nos departamentos de literatura,

pode-se dizer que seu percurso, nessas quase duas décadas, logrou forjar em alguns espaços, um pensamento crítico muito auto-consciente em relação ao saber literário instituído, suas hierarquias e seus preconceitos, suas contradições e suas resistências à descoberta do outro de nós.

No quadro formativo desse pensamento, concorreram as formulações do feminismo teórico europeu e norte-americano das décadas precedentes, em suas diversas taxonomias, reinscritas na forma de um discurso teórico-crítico empenhado na construção de um lugar enunciativo de intervenção na autoridade epistêmica do falocentrismo e no monopólio do sujeito cultural dominante (declinado no masculino) o qual historicamente gerenciou e controlou os mecanismos de produção, recepção e circulação de bens simbólicos segundo uma lógica excludente, responsável pela marginalidade das mulheres como sujeitos produtores de discursos e saberes. Foi o questionamento da hegemonia desse sujeito nos processos de instituição e institucionalização dos significados social, político, cultural, estético e teórico reguladores do campo literário que inaugurou a interlocução crítica com as histórias literárias, com as configurações dos cânones nacionais, com as convenções discursivas, com os códigos estéticos e retóricos, com os próprios conceitos de literatura, de identidade e de valor, gerados e mantidos pela crítica literária e pelo discurso historiográfico, compactuados com o sistema patriarcal da cultura ocidental e, por extensão, das culturas nacionais, vistas sob o prisma de valor inquestionável e universalizante.

No trânsito da crítica feminista ao longo do eixo norte/sul, nomes importantes como os de Elaine Showalter, Susan Gubar, Sandra Gilbert, Annette Kolodny, Julia Kristeva, Hélène Cixous, Luce Irigaray, Teresa de Lauretis e Judith Fetterly, entre outros, passaram a circular no meio acadêmico, a partir de meados dos anos 80. Em que pese o fato da disseminação de posições e idéias estar inscrita na lógica das trocas desiguais entre centro e periferia,<sup>7</sup> não se pode deixar de observar que seu potencial transformador abriu caminhos de importância

fundamental na releitura do sistema literário local. Conquanto as apropriações apresentassem uma variabilidade de perspectivas em sintonia com diferentes aportes teóricos inicialmente identificados como duas linhas críticas distintas, a anglo-americana e a francesa, traduziram, em larga medida, um denominador comum: a necessidade de historicizar significados cristalizados pela tradição, desmistificando o teor hegemônico da história literária e sua violência epistemológica na construção do não-lugar das mulheres na história e na cultura. Isso significa dizer que a tradução cultural da crítica feminista gerou, entre as pesquisadoras atuando no campo literário, a consciência de seu próprio deslocamento em relação ao processo histórico da constituição da narrativa literária e cultural da nação, particularmente em relação aos paradigmas de referência que pautaram a definição de sua identidade. Uma questão, entre tantas outras, ilustra a problemática resultante do transplante da teoria ao contexto local: como operacionalizar criticamente, as categorias do feminino, feminista e feminino, propostas por Elaine Showalter, a partir de suas pesquisas sobre a tradição literária inglesa, como categorias teórico/críticas das diferentes fases da produção literária das mulheres brasileiras no contexto de um absoluto desconhecimento da evolução, senão mesmo, da própria existência dessa produção?

As demandas suscitadas por essa questão imprimiram à crítica feminista no Brasil o que se poderia chamar de “virada historiográfica”, ou seja, o resgate da autoria feminina através da recuperação e visibilidade de obras excluídas da literatura formal e marginalizadas pela historiografia literária. Tal resgate da voz e presença das mulheres escritoras no período pós-independência, a preocupação com a representatividade e representações de e por mulheres nas redes sociopolíticas e culturais do século XIX, os debates sobre configurações do cânone e o poder dos críticos em lhe conferir legitimidade têm sido, inquestionavelmente, o grande investimento da crítica feminista, a qual emerge como uma das formas vitais de intervenção na construção nacional/cultural das subjetividades, na medida em que coloca em

questão as determinações ideológicas dos códigos interpretativos e de valor que autorizaram a atividade literária como um privilégio de homens letrados.<sup>8</sup> Como afirma a crítica chilena Nelly Richards, no processo de hegemonização cultural da masculinidade dominante, os paradigmas de apreciação e recepção dos textos são ditados por uma escala de valores sociomasculinis, sendo assim, “a primera tarea de la critica literária feminista há consistido en denunciar la maniobra impositiva que obliga a las mujeres escritoras a regir-se por catalogaciones e homologaciones masculinas y en estimular modelos afirmativos y valorativos del ‘ser mujer’ como experiência diferencial y propia”.<sup>9</sup>

O trabalho de recuperação de obras relegadas pela tradição crítica tem revelado um número surpreendente de escritoras do século XIX<sup>10</sup> que tiveram acesso à cultura impressa, embora sem acesso à educação formal. Escreveram romances, poesia, drama, crônicas, ensaios, recorrendo, muitas vezes, ao contexto das tradições literárias portuguesas e francesas, mas também criando espaços enunciativos singulares para falar da nacionalidade, bem como de questões de classe e raça, além de assumir, por conta e risco, a representação da condição feminina, a sua própria, posicionando-se dentro e contra a ideologia de gênero de seu tempo. O legado desse enorme e eclético conjunto de produções, subtraído da memória de um período em que a literatura detinha um valor pedagógico na construção imaginária da nação, tem chamado a atenção para o quanto a exclusão é marca genérica da memória e como o gênero assume importância como categoria analítica para problematizar o lugar gendrado da história literária, lugar de institucionalização da memória nacional, cujo modelo vigente deixa bem claro a relação de cumplicidade entre aquilo que é e pode ser lembrado e posições de poder e autoridade. Desnecessário dizer que o questionamento desse modelo implica uma revisão dos discursos críticos e seus pressupostos valorativos, já que são eles responsáveis, em última análise, pela manutenção de uma certa definição de literatura



que garante a legitimidade de certas obras, não por coincidência as de autoria masculina.

As obras cujas reedições começam a circular, graças aos esforços de pesquisadoras comprometidas com o resgate de textos silenciados nas histórias literárias, têm suscitado uma série de leituras críticas e trabalhos acadêmicos, permitindo vislumbrar uma nova história da literatura brasileira no século XIX, uma história que se constrói não mais como lugar de consenso em torno de uma identidade referenciada na paternidade cultural, mas como lugar dialógico, aberto às tensões e contradições de uma cultura no plural. Com efeito, torna-se hoje impossível render-se incondicionalmente ao romantismo de Gonçalves Dias, em seu “Canto do Índio”, ou mesmo ao de José de Alencar em seu romance *Iracema*, depois de uma visada atenta ao poema “A lágrima de um caeté” (1848) de Nísia Floresta, ou ao romance *D. Narcisa de Villar* (1859) de Ana Luiza de Azevedo Castro. Assim também não se poderia deixar de observar a diferença das representações de raça, cotejando o clássico romance *A escrava Isaura*, de Álvares de Azevedo, com *Úrsula* (1859) de Maria Firmina dos Reis, um romance precursor da temática abolicionista. Da mesma forma, como não interrogar o *script* da mulher histórica, tão decantado nos romances naturalistas, como em *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo ou *A Normalista*, de Adolfo Caminha, após uma leitura de *Celeste* (1893) de Maria Benedita Bormann? Ou então, como não revisar os limites da temática romântica, tal como trabalhada por autores canônicos, após tomarmos conhecimento de obras como *Sorrisos e Prantos* (1868) de Rita Barém de Melo, do drama *Fausta* (1886) de Amélia Rodrigues, ou mesmo de *Memórias de Marta* (1889) de Julia Lopes de Almeida?

É dentro desse quadro que surge a primeira questão com relação ao uso do termo ‘feminismos’ na Introdução de Still. Tradicionalmente, o uso do termo ‘feminismo’, quer para se referir aos movimentos sociais de mulheres, quer para discorrer sobre as correntes teóricas do feminismo no Brasil, exclui qualquer referência à prática de uma crítica feminista no campo dos estudos literários. Veja-se, por exemplo, um

dos primeiros textos sobre a situação das mulheres brasileiras no período pós-ditadura, intitulado "Women in Brazilian *Abertura* Politics" de Marianne Schminck, publicado no periódico *Signs*, de 1981, o artigo de Cynthia Sarti, "The Panorama of Feminism in Brazil" publicado no *New Left Review*, de 1989, os mais recentes "Feminismos Latino-americanos" de Sonia Alvarez, no *Estudos Feministas*, de 1998, e "Feminism in Brazil Today" de Ângela Borba, Hildete Pereira, Jacqueline Pitanguy e Wania Sant'anna, no *Estudos Feministas*, de 1999. Considerando que a coletânea *Brazilian Feminisms* contém ensaios que abordam, predominantemente, textos literários, não se justifica que Still, em sua Introdução, não faça nenhuma referência à prática da uma crítica feminista no Brasil, concebida aqui no sentido formulado por Jonathan Culler.<sup>11</sup> Embora existam convergências fundamentais entre o feminismo e a crítica feminista, os termos não são sinônimos, muito menos intercambiáveis, assim que o desconhecimento, de parte de Still, do que tem sido feito no campo das letras favorece uma leitura reducionista das práticas feministas no Brasil. Um levantamento da produção publicada em ANAIS de congressos nacionais, tanto da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) quanto da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC), ou dos ANAIS dos seminários "Mulher e literatura" bem como da produção referida nos boletins do grupo de trabalho da ANPOLL "A mulher na literatura" poderia ter informado as colocações de Still de modo a lhes conferir especificidade e legitimidade.

A outra questão a ser levantada diz respeito à imputação, feita às feministas no Brasil, de que suas análises revelam uma cegueira quanto às questões que envolvem raça e classe. Conquanto a colocação de Still, de modo geral, é procedente no que concerne a produção de conhecimento sobre as intersecções de gênero com outras categorias da diferença no feminismo acadêmico praticado na área das ciências humanas e sociais,<sup>12</sup> aqui também se fazem necessários alguns reparos no sentido de apontar dados que possam evidenciar falhas na

generalização que sustenta sua crítica. Primeiramente, é preciso reiterar o fato de que o feminismo começou a se articular na academia em fins da década de 70 e que ainda não alcançou a dimensão, a visibilidade e a importância que já obteve nos centros acadêmicos dos países de primeiro mundo. A produção de qualidade é, relativamente, pequena e procede de poucos grupos de pesquisadores concentrados nas maiores universidades federais do país. É exatamente por isso que a bibliografia existente se reveste de tanta importância para aferir o estado da arte, ou seja, o que se faz no campo de estudos da mulher e de estudos de gênero. Sendo assim, cabe mencionar alguns textos de referência, publicados nos anos 90, nos quais questões de raça e classe começam a ganhar visibilidade: a coletânea *Uma questão de gênero* (1992), o livro *Y nosotras latinoamericanas? Estudios sobre gênero e raça* (1992), com os textos apresentados no I Encontro Latino-Americano sobre gênero e raça, promovido pelo Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, o número 6/7 dos *Cadernos Pagu* (1996), a coletânea *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil* (1998), bem com os ANAIS de três edições do evento *Fazendo gênero*, iniciado na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1996. Além disso, acrescentam-se os nove volumes do Boletim do GT "A mulher na literatura" da ANPOLL, sendo o primeiro volume com data de 1987.<sup>13</sup> No contexto dessas poucas, mas importantes referências, a crítica de Still ao feminismo acadêmico em termos de sua cegueira sobre questões de raça deve ser lida com restrições. Da mesma forma, podem-se ler algumas colocações da pesquisadora norte-americana Kia Lilly Caldwell,<sup>14</sup> muito embora deve-se fazer a ressalva de que, nesse caso, a crítica aponta as condições de possibilidade do feminismo acadêmico, ou seja, faz observações pontuais sobre a tendência e rumos da produção na medida em que essa reflete "o posicionamento e as prioridades de pesquisadoras brancas, bem como a pouca presença das mulheres negras nas universidades".<sup>15</sup>

Em se considerando o trabalho da crítica feminista e, particularmente, as pesquisas de resgate, pode-se dizer que a

prioridade dada à categoria de gênero ocorre no contexto de questionamentos dirigidos à historiografia literária e ao cânone, tendo em vista uma larga produção marginalizada e ainda em fase de mapeamento. É evidente que grande parte da produção já rastreada está referenciada numa estrutura de classe social e raça bem definida uma vez que as escritoras eram, via de regra, provenientes da classe média.<sup>16</sup> O que não significa que não tenham se posicionado criticamente, em seus textos, sobre questões candentes de seu tempo, entre elas, a questão racial,<sup>17</sup> e que os estudos críticos sobre elas estejam comprometidos com uma visão totalizadora e homogeneizadora da identidade da mulher no século XIX, a ponto de silenciar sobre as diferenças de raça e classe, igualmente importantes na manutenção de sistemas de exclusão na sociedade brasileira. Em última análise, considero prematuras as afirmações sobre o monolitismo da produção feminista brasileira na academia uma vez que qualquer formulação dessa ordem deve estar pautada em pesquisas bibliográficas exaustivas, o que não é o caso.

O texto de Maria Eliza Cevasco intitulado “Importing Feminist Criticism” inicia com algumas colocações sobre os limites, ou fracasso, do feminismo em promover mudanças sociais e sobre a prática histórica da importação de teorias no Brasil, fato que, de acordo com a autora, enseja apropriações acríticas de teorias que, em seus lugares de origem, inscrevem ideologia como falsa consciência e, por isso mesmo, falseiam a descrição da realidade que buscam explicar. Estabelecendo, assim, a moldura crítica para seu exame da importação de teorias feministas no Brasil, Cevasco se propõe a examinar, a partir de idéias de algumas críticas como Elaine Showalter, Annette Kolodny, Catherine Stimpson e Gayatri Spivak, posições teóricas identificadas com duas grandes correntes no feminismo, a liberal e a radical, para finalizar com seu posicionamento pessoal sobre a corrente socialista/materialista, na qual insere o trabalho da crítica Susan Willis.

Segundo Cevasco, as idéias de Showalter, Kolodny e Simpson, do ponto de vista sócio-político, traduzem um idealismo pluralista de

primeiro mundo que, referenciado na idéia de uma sociedade democrática na qual “all we need is to learn and teach each other that all voices should be heard and valued” (p.177), favorece uma mistificação das condições sócio-históricas de seus contextos de origem e, quando transplantados, das condições materiais de sociedades onde a desigualdade é a norma, como o Brasil. Ao afirmar que Kolodny e Stimpson, em particular, subestimam “the real structures of the world we live in” (p.178), Cevasco deixa claro que a produção de ambas, em termos de crítica feminista, não só obstaculiza a conscientização e a mobilização necessárias para a luta por transformação social mas se revela inadequada para dar conta da questão de gênero no Brasil, por força das condições históricas e localizadas do problema. E o que é pior, contribuem para essa “pluralistic fantasy land, namely Brazilian feminist criticism, struggling for its place among the equivalent varieties”.

Em que pese o mérito de Cevasco em trazer à discussão posições de críticas que tiveram um papel fundamental na gênese do movimento crítico feminista norte-americano, como no caso de Showalter e Kolodny, bem como em pontuar avanços significativos da crítica feminista, é necessário fazer aqui algumas considerações. O pluralismo foi uma classificação relativa às posições das primeiras críticas feministas, num momento em que se procurava delinear alguns paradigmas ou, pelo menos, definir parâmetros para uma crítica feminista. Essas posições foram posteriormente questionadas pelo trabalho das críticas provenientes de minorias, de cor, de raça, de classe, de terceiro mundo, insatisfeitas com a essencialização da categoria “mulher” diante da diversidade das experiências sociais das mulheres em contextos materiais específicos. A emergência da categoria de gênero e outras categorias da diferença como raça, classe e nacionalidade bem como a ampliação de temas centrados nas mulheres em termos de temas como racismo, colonialismo, imperialismo, constituem índices do desenvolvimento da reflexão da crítica feminista que, voltada para as questões de poder nas relações de produção, circulação e recepção do

discurso literário, nunca perdeu de vista a dimensão política dessas relações e nem abdicou do compromisso com uma agenda emancipatória, embora por caminhos bastantes diversificados. A própria Kolodny, nos anos 90, escreveu um Posfácio ao artigo citado por Cevasco, admitindo as limitações de seu ponto de vista e afirmando a heterogeneidade de posições no feminismo enquanto movimento social e corpo teórico. Com relação ao argumento de que as posições de Kolodny e Stimpson subestimam as estruturas reais do mundo em que vivemos, parece-me que a generalização, além de problemática na sua enunciação, é improcedente porque na reflexão teórico-analítica desenvolvida por ambas as críticas, a estrutura de gênero não é uma entidade abstrata, mas concreta e imbricada nos processos históricos e materiais das sociedades patriarcais que, por sua vez, não são homogêneas em termos da organização de seus sistemas de hierarquias e dominação. A própria Showalter alerta para o fato de que falar sobre gênero sem comprometimento com o desmantelamento das estruturas do sexismo, racismo e homofobia pode degenerar em nada além de uma conversa de programa de TV.<sup>18</sup> É nesse quadro que o termo “liberal”, utilizado para criticar a posição das referidas críticas, suscita questionamentos e, por isso mesmo, mereceria um maior esclarecimento e aprofundamento conceitual.

O feminismo radical é examinado em textos de Gayatri Spivak, freqüentemente citada, segundo Cevasco, nas discussões sobre desconstrução e feminismo no Brasil.<sup>19</sup> As objeções da autora ao pensamento de Spivak prendem-se ao fato do alinhamento dessa com a desconstrução e o pós-estruturalismo, os quais têm promovido, segundo Cevasco, um verdadeiro abuso do papel da linguagem, resultando daí um esvaziamento da força radical da teoria na transformação da realidade, levando à redução dessa transformação à mera verbosidade, hermética e ilegível. A crítica feita a Spivak deriva de um pensamento que acredita que a ênfase no discurso põe em xeque a categoria do político e que, via de regra, conduz a formulações do tipo, bom, se tudo o que existe é texto, se não há mais sujeito e não há mais

realidade, não há mais nada pela qual vale a pena lutar, o que equivale a subscrever uma posição de nihilismo radical. Para Cevasco é a concepção da autonomia da linguagem que transforma o radicalismo da teoria em retórica, deixando a ordem social hegemônica fazer seu trabalho sem maiores perturbações. Nesse sentido, Spivak representaria o outro do feminismo liberal.

Não vou me deter nas dificuldades de leitura do texto de Spivak, cujas estratégias crítica/escritural desarticulam premissas estabelecidas sobre estrutura textual e linearidade de sentido, subvertendo as expectativas do(a) leitor(a) e forçando-o(a), desse modo, a fazer um trabalho metacrítico de interpretação comparativa além, naturalmente, de exigir dele/dela, um conhecimento da desconstrução e de sua ética.<sup>20</sup> Gostaria de dizer tão somente que a crítica de Cevasco a Spivak e ao pós-estruturalismo evidencia não só o problema da recepção e interpretação da teoria a partir de um lugar enunciativo oposicional, mas também levanta um problema da analítica social, isto é, compreender qual é a concepção do social que opera nos pressupostos desconstrucionistas e a questão precípua das relações entre a materialidade do discurso e a história, em última análise, compreender qual é a voltagem política do pós-estruturalismo.<sup>21</sup> Se a maior objeção a Spivak passa pela compreensão de que o mundo está reduzido a texto, vejamos a explanação que a mesma oferece sobre o sentido do termo 'texto':

Text in the way in which certainly Derrida and Lyotard understand it is not at all the verbal text. There are two ways once again perhaps of looking at this problem. When they read actual verbal objects that are political philosophy, philosophy of history or whatever, they like to show that those things are also produced in language – because there is a tendency to forget that they're produced in language. There you may say that text is understood verbally. But then they talk about there is nothing but text, etc., they are talking about a network, a weave – you can put names on it – politico-

psycho-sexual-socio, you name it... The moment you name it, there is a network that's broader than that. And to an extent that notion that we are effects within a much larger text/tissue/weave of which ends are not accessible to us is very different from saying that everything is language. And to an extent if we are exterminated within the next 5 minutes, it will be a textual event, because it would not come about without the history that we are speaking of at great length here. And if that is not a text, nothing is. So from that point of view, the notion of text is one which has been domesticated into the verbal text, so that this can be understood as nothing more than another linguistic caper. But that's not what it is.<sup>22</sup>

Retomando o texto de Cevalco, sem dúvida provocante pela série de questões que levanta, resta dizer que, do ponto de vista metodológico e epistemológico, o texto revela fragilidades. Primeiro, os julgamentos de valor sobre a posição pluralista liberal de Showalter, Kolodny e Stimpson são formulados a partir da leitura de quatro artigos, o que é insuficiente para classificá-las num rótulo, hoje considerado datado, além do que os poucos textos não refletem o alcance do pensamento e, portanto, das contribuições das críticas à teoria e à crítica feminista. Segundo, a proposta de examinar a importação de teorias feministas no Brasil não se cumpriu uma vez que a autora se limitou a analisar um *corpus* escolhido a partir de sua experiência pessoal como docente, portanto, a importação foi feita pela própria autora. Terceiro, o texto não sustenta a afirmação sobre o caráter imitativo da crítica feminista no Brasil. Sem qualquer referência e análise de textos críticos produzidos aqui, não há forma de comprovar como se dá a penetração e a apropriação das teorias feministas produzidas no exterior, o que desautoriza a nomeação da crítica feminista no Brasil como sendo a "pluralistic fantasy land". Por fim, as palavras de Still sobre o texto de Cevalco na Introdução: "The influence of feminist liberal pluralist and poststructuralist theory originating outside Brazil is examined critically



by Cevasco, who claims that *they fail to account for the social realities of the Brazilian context*”(p.11; minha ênfase). Deixando de lado a problematização da premissa de que uma teoria deve dar conta das realidades sociais de um contexto específico para ser validada, gostaria de dizer que o que efetivamente está por trás da presumida ‘falha’ da teoria é uma interpretação política da teoria que postula para si o monopólio do sentido do social excluindo, assim, o político da teoria. O que nos leva a refletir sobre como a ideologia se aloja nos próprios mecanismos interpretativos que organizam a produção de sentidos que se deseja ler numa determinada teoria.

O texto de Darlene Sadlier “Theory and pedagogy in the Brazilian northeast” é o resultado, em parte, de suas observações realizadas no período em que esteve lecionando na Universidade Federal de Pernambuco, no Recife, na qualidade de professora visitante. Isso talvez explique certos problemas presentes em algumas formulações contidas em seu texto e que gostaria de pontuar. Sadlier faz várias afirmações sobre a identidade da crítica feminista no Brasil, reforçando a lógica consensual sobre a tradição imitativa de modelos teóricos importados, um fundamento inquestionável que estabelece *a priori*, uma unilateralidade de leitura das práticas da crítica feminista entre nós. Ou seja, tem-se aqui um protocolo de leitura que já inscreve o que será dito sobre as referidas práticas.

Inicialmente, Sadlier faz observações sobre o caráter paradoxal dos estudos sobre a mulher no Brasil dizendo que, de um lado, grande parte do trabalho que vem sendo realizado lembra o contexto norte-americano dos anos 60 (no rastro do trabalho de Kate Millett e Mary Ellman, entre outras) e, de outro, recebe o influxo do pós-estruturalismo, responsável pela pouca importância dada às questões de raça e classe na produção das “literary feminists”. Acrescenta que esse paradoxo não surpreende uma vez que o modelo primário para a produção brasileira vem da França, através de Hélène Cixous, e dos Estados Unidos, através das críticas que representam a corrente mais tradicional do feminismo acadêmico (não menciona quem são essas críticas,

podendo-se deduzir apenas que sejam aquelas dos anos 60). Pode-se contestar, com segurança, a referida avaliação, levando-se em consideração o quadro da produção de quase duas décadas, bem como os nomes associados a posições teóricas e críticas que circulam nos textos produzidos e publicados em Boletins, ANAIS e Periódicos, assim como se pode questionar seus comentários sobre o funcionamento dos estudos literários nas instituições brasileiras. Segundo ela, as instituições são rigorosas e resistentes no que se refere a mudanças curriculares e o procedimento padrão no contexto de sala de aula de literatura está atrelado ao formalismo da Nova Crítica, no melhor estilo dos anos 50, pois privilegia o estudo das imagens, metáforas, símiles, desconsiderando o contexto histórico e político das obras. Tais afirmações contrastam com a avaliação de Cevasco<sup>23</sup> que atribui maior flexibilidade e abertura das instituições brasileiras em relação às inglesas e norte-americanas à presença de um pensamento de esquerda. Acrescenta-se também que a partir dos anos 70, com o declínio do *boom* estruturalista, revigora-se o enfoque social nos estudos literários, quer pela linha marxista quer pela linha *light* da sociologia da literatura. De qualquer maneira, as generalizações de Sadlier não procedem e, de certa maneira, surpreendem pela parcialidade, sem dúvida decorrente tanto do desconhecimento das diferenças existentes no imenso painel dos estudos literários no Brasil quanto do desconhecimento da institucionalização de grupos e linhas de pesquisa vinculados a programas de pós-graduação e com atuação na área dos estudos feministas.

Gostaria de discutir brevemente dois pontos levantados no texto. Primeiro, a explicação para a ausência das categorias de raça e classe no campo dos estudos literários feministas no Brasil seria resultado da vigência de teorias pós-estruturalistas. Identifica-se aqui o pressuposto da incompatibilidade entre a utilização crítica das categorias citadas e o pós-estruturalismo. E porque gênero não seria também incompatível? Será porque raça e classe são categorias com uma carga política mais explícita? Como diz Betsy Erkkila em seu artigo "Ethnicity, literary

theory, and the grounds of resistance”, para críticos importantes pertencentes a minorias como Hortense Spillers, Houston Baker, Jr., Gerald Vizenor, Teresa De Lauretis, Gayatri Spivak, Edward Said e Homi Bhabha, “poststructuralist theory has been deployed as an empowering and potentially emancipatory critique of white western regimes of knowledge and dominance”.<sup>24</sup> Ao questionar os fundamentos do sujeito humanista e noções tradicionais de presença, voz, experiência e representação, o pós-estruturalismo não os descarta, pelo contrário, pergunta por seu processo de construção e pelo significado político desse processo, colocando-o em tensão e contradição. No meu entender, há uma violência conceitual operando na domesticação do pós-estruturalismo sob a rubrica do apolítico, o que só é possível a partir de uma concepção fundamentalista do político. O segundo ponto diz respeito à afirmação de que das poucas mulheres canonizadas, nenhuma é de cor ou da classe trabalhadora. A pergunta inevitável que fica no ar, dada a relação que é feita entre ausência de raça e classe e presença do pós-estruturalismo referida acima, é se a invisibilidade de escritoras pertencentes à minorias nas histórias literárias também seria uma decorrência da vigência da teoria! Na verdade, a cobrança implícita à observação sobre quem não foi canonizada surpreende por dois motivos: um porque Sadlier certamente está ciente de que existem muitas pesquisas de resgate em andamento e de que os resultados desse tipo de pesquisa, particularmente em se tratando de acesso ao cânone, só devem aparecer a médio e a longo prazo devido não somente aos fatores relacionados à edição, publicação e circulação de textos resgatados mas, principalmente, ao discurso da crítica, instância determinante da recepção avaliativa de um texto; outro porque Sadlier deve conhecer as contingências históricas e as condições intelectuais que forjaram no contexto nacional, uma tradição formal e, diria, oficial, marcada por processos de elitização e branqueamento da nossa configuração literário/cultural.

De acordo com a leitura de Sadlier, o prognóstico para a crítica feminista no Brasil não é dos melhores uma vez que a tendência é

importar modelos teóricos perspectivados pela posicionalidade da raça branca e da classe média. O relato de seu resgate do modelo de Paulo Freire responde por um dos momentos altos de seu texto. Mas permanecem lacunas deixadas pelas generalizações sem verificação e comprovação. Quais são esses modelos teóricos brancos e de classe média imitados pelos estudos feministas no Brasil? Quais os teóricos/críticos de referência para os referidos modelos e em que textos esses nomes circulam? A pesada crítica dirigida à crítica feminista brasileira coloca em demanda respostas a seus constituintes.

### Notas

- 1 The University of Nottingham. Monographs in the Humanities, vol. XII, 1999.
- 2 Os textos sobre Lispector são em número de três, a saber: "The Reception of Clarice Lispector via Hélène Cixous: Reading from the Whale's Belly" de Elena Carrera; "The Madness of Lispector's Writing" de Sandra Regina Goulart Almeida e "The Dry and the Wet: Cultural Configurations in Clarice Lispector's Novels" de Solange Ribeiro de Oliveira. Sobre Galvão, "Discardable Discourses in Patricia Galvão's *Parque industrial*" de Hilary Owen e sobre Telles, "Darkness Visible: Alternative Theology in Lygia Fagundes Telles" de Maria Manuel Lisboa.
- 3 Eduardo F. Coutinho em seu artigo "Literatura comparada, literaturas nacionais e o questionamento do cânone" afirma que do ponto de vista cultural e econômico, "os estudos literários na América Latina sempre foram moldados à maneira européia", apontando a historiografia, a teoria e a crítica literária como lugares referenciados em movimentos europeus. In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n.3, 1996, p. 67-73.
- 4 Refiro-me aqui à tese das "idéias fora de lugar" desenvolvida por Roberto Schwarz no ensaio "Nacional por subtração". In: *Que horas são?* (São Paulo: Companhia das Letras, 1987). Entre os precursores no diagnóstico da qualidade abstrata da vida nacional, cabe mencionar Sérgio Buarque de Holanda que, em sua obra de 1936 *Raízes do Brasil*, chama a atenção para o fato de no período formativo da identidade brasileira, ter aqui se estabelecido uma elite intelectual, homens dos livros e das palavras, que não sabiam lidar com os horrores cotidianos de um país colonial e que fabricaram um mundo imaginário, abstraído da realidade que os rodeava. Assim coloca Buarque de Holanda: "Todo o pensamento dessa

época revela a mesma fragilidade, a mesma inconsistência, a mesma indiferença, no fundo, ao conjunto social” (São Paulo: Companhia das Letras, 6ª. edição, 1998, p.162). Na mesma linha, se coloca Nelson Werneck Sodré em sua *História da literatura brasileira – sua base econômica*, publicada em 1938.

- 5 Aqui deve-se necessariamente pensar no trabalho de Antonio Candido, particularmente em seu ensaio “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, publicado inicialmente em 1953 e republicado em 1976 em seu livro *Cultura e sociedade*. (São Paulo: Editora nacional, 1976). Em seu texto, Candido elabora o princípio que, segundo ele, sintetiza o movimento da evolução da vida cultural brasileira na perspectiva do confronto e inter-relação com as literaturas européias, ou seja, a dialética do local e do universal. Posteriormente, em “Literatura e subdesenvolvimento” articula a questão da dependência em termos de interdependência cultural e integração transnacional. (In: *Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987). Outros dois críticos elaboram sobre as especificidades da literatura brasileira, relativizando a questão da dependência, através de conceitos como o de “transculturação” (Haroldo de Campos) e o do “entre-lugar” (Silviano Santiago), conceitos que traduzem afiliações com a devoração antropofágica do modernismo 1922. Ver o artigo de Gilda Neves da Silva Bittencourt, “Relações interliterárias: Brasil/ América Latina/Europa”. In: *Literatura Comparada: teoria e prática*. Coleção Ensaio CPG/Letras, UFRGS, n. 8. Porto Alegre: Sagra-Luzzato, 1996, p. 58-73.
- 6 Conforme Heloisa Buarque de Hollanda em seu “Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação”, publicado na coletânea *Uma questão de gênero*, organizada por Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini (Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992).
- 7 Refiro-me aqui ao argumento de Nelly Richard no artigo “Feminismo, experiencia y representación” publicado na *Revista Iberoamericana*, vol. LXII, nos.176-177, julho-dezembro de 1996, págs 767-779. Ao elaborar sobre a condição do pensamento cultural latinoamericano e a fixação de uma identidade cultural segundo a hegemonia culturalizadora da modernidade ocidental, Richards chama a atenção para a assimetria entre um centro que detém o monopólio do pensamento teórico e a periferia relegada ao papel de corpo teorizado.
- 8 A expressão “estilo viril” aparece como critério de julgamento de valor estético no discurso crítico de Araripe Junior, um dos mais importantes críticos brasileiros do século XIX e recorre em obras como *Estudos de literatura brasileira* (1910) de José Veríssimo, em *O romance brasileiro* (1938) de Olívio Montenegro, em *História*

*do modernismo brasileiro* (1964) de Mário da Silva Brito e, até mesmo, na recente *História concisa da literatura brasileira* (1964) de Alfredo Bosi.

- 9 Op. Cit, p.740.
- 10 Em 1999 foi publicada a antologia *Escritoras brasileiras do século XIX*, (Editora UNISC/Editora Mulheres), organizada por Zahidé Muzart, com a colaboração de quinze pesquisadoras de todo o país. A antologia traz material biográfico e bibliográfico, além de resenha crítica e excertos da produção de cinquenta e duas escritoras.
- 11 Nas palavras de Culler: "In mapping contemporary criticism as a struggle between New Critics, structuralists, and then post-structuralists, one would find it hard to do justice to feminist criticism, which has had a greater effect on the literary canon than any other critical movement and which has arguably been one of the most powerful forces of renovation in contemporary criticism" (*On Deconstruction*. Ithaca: Cornell University Press, 1982, p.30).
- 12 Nesse sentido, ver o artigo de Kia Lilly Caldwell "Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil" publicado no *Estudos Feministas*, v.8, n.2, p.91-108, 2º sem. 2000.
- 13 Não poderia deixar de mencionar o *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*, organizado por Christina Ramalho (Rio de Janeiro: ELO Editora, 1999).
- 14 Num ponto de seu artigo "Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil", Caldwell afirma: "De várias maneiras, a ausência histórica de discussão pública sobre raça e racismo no país resultou no apagamento discursivo das realidades de dominação racial, o que aconteceu também no campo dos estudos sobre mulheres, que portanto se torna, até certo ponto, cúmplice dessa negligência: ao retratar as mulheres brasileiras em termos monolíticos, esse campo reforça a imagem do Brasil como uma sociedade em que as diferenças raciais têm uma importância mínima". (*Estudos Feministas*, vol.8, n.2, 2º semestre de 2000, p.96).
- 15 Op. Cit, p.95.
- 16 Uma das exceções à regra é Maria Firmina dos Reis, uma ex-escrava e autora do romance *Úrsula*, publicado em 1859. Sua obra foi objeto de análise em ensaios da crítica Luiza Lobo e reunidos na obra *Crítica sem juízo* (Rio de Janeiro:

Francisco Alves, 1993). A referida crítica foi quem organizou e elaborou as notas da terceira edição de *Úrsula*, publicado pela Presença Edições e Instituto Nacional do Livro em 1988. O romance também foi objeto de considerações da pesquisadora Norma Telles em seu artigo "As mulheres loucas da literatura" *Escrita- revista de literatura*, ano XIII, n. 39, 1988, 22-26). Ver a antologia *Escritoras brasileiras do século XIX*, organizado por Zahidé Muzart e publicado pela EDUNISC e Editora Mulheres, em 1999.

- 17 Cabe aqui referir ao romance *Celeste*, de Maria Benedita Bormann, cuja primeira edição data de 1893.
- 18 Ver a Introdução "The Rise of Gender" do livro *Speaking of Gender*. Elaine Showalter, ed. (New York: Routledge, 1989, p.10).
- 19 A afirmação surpreende porque rastreada algumas das fontes de referência da produção acadêmica no Brasil, na área de estudos literários, como os ANAIS dos congressos da ABRALIC e da ANPOLL, evidenciou-se que as referências a Spivak são raras.
- 20 Ver o texto "Ética da desconstrução" de Kanavillil Rajagopalan. In: *Em torno de Jacques Derrida*. Evandro Nascimento e Paula Glenadel, orgs. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 117-24, 2000.
- 21 Rosemary Hennessy em seu *Materialist Feminism and the Politics of Discourse* (New York: Routledge, 1993) mostra como construir uma teoria feminista com apropriações do materialismo e do pós-modernismo. Judith Butler no artigo "Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo" (*Cadernos Pagu*, n.11, 1998) além de problematizar definições de pós-modernismo/pós-estruturalismo, apresenta um questionamento da categoria do político, mostrando a diferença entre a constituição do campo político que naturaliza um exterior constitutivo (com seus fundamentos na concepção de sujeito estável e na referencialidade da linguagem) e um campo político que produz e torna contingente os parâmetros desse exterior.
- 22 Entrevista de Spivak em *The Post-colonial Critic*. Sarah Harasym, ed. London: Routledge, 1990, p 25.
- 23 Segundo o seu texto "Importing Feminist Criticism".
- 24 *American Quarterly*, vol.47, n. 4, december 1995, p.571.